BRUNA DE BEM ESTEVES

**Lacuna e interpretação constitucional: Análise de decisões do Supremo
Tribunal Federal.**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Associado Dr. Juliano Souza de Albuquerque Maranhão

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo-SP
2017**

BRUNA DE BEM ESTEVES

Lacuna e interpretação constitucional: Análise de decisões do Supremo Tribunal Federal.

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração de Filosofia e Teoria Geral do Direito, sob a orientação do Prof. Associado Dr. Juliano Souza de Albuquerque Maranhão.

Versão corrigida em julho de 2017. A versão original, em formato eletrônico (PDF), encontra-se disponível na CPG da Unidade.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo-SP
2017**

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Esteves, Bruna de Bem

Lacuna e interpretação constitucional: Análise de decisões do Supremo Tribunal Federal. / Bruna de Bem Esteves ; orientador Juliano Souza de Albuquerque Maranhão -- São Paulo, 2017.

196 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Direito e Teoria Geral do Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2017.

1. Lacunas. 2. Ordenamento Jurídico. 3. Discrecionalidade. 4. Jurisprudência. 5. Supremo Tribunal Federal. I. Maranhão, Juliano Souza de Albuquerque, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Passaram-se mais de três anos desde o início do mestrado e tenho certeza de que, até o presente momento, foram os anos em que mais amadureci em toda a minha vida. Ao contrário do que se possa imaginar, o amadurecimento que o mestrado me proporcionou não decorreu de certezas, mas das muitas dúvidas que surgiram ao longo dessa empreitada. Muito mais importante do que as tais dúvidas foi aprender a lidar com elas e perceber o quanto esses questionamentos nos permitem engrandecer enquanto seres humanos, na medida em que nos proporcionam reflexões sobre nossa trajetória aqui na Terra.

Como todo processo de amadurecimento, foi bastante difícil e doloroso. Sorte a minha poder contar com algumas pessoas ao longo do caminho!

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos meus pais por sempre terem acreditado no meu potencial e investido na minha educação, mesmo sem qualquer tradição universitária em suas famílias.

Também gostaria de agradecer ao meu orientador, Professor Juliano Maranhão, por todos os ensinamentos, pela confiança que sempre teve em mim e pela oportunidade de integrar o *Grupo de Estudos de Lógica, Inteligência Artificial e Direito – GELIAD* e o grupo de estudos de *Direito, Incerteza e Tecnologia – DIT*.

Aos meus queridos amigos Lucas Kenji, Natália Yoko, Rafael Mendes, Renata Praxedes Thalles Klukevicz e Vitor Pinton, por estarem sempre presentes, por terem dado força para que eu concluísse este trabalho, por todos os conselhos e por todos os momentos que compartilhamos.

A todos aqueles que me motivaram a terminar a dissertação e que ajudaram a tornar esses últimos anos um pouco mais leves, em especial André Pardini, Anne Kano, Carlos Eduardo Salvatori, Claudio Donato, Danilo Aragão, Daisy Liu, Eveline Mattos, Gabriel Ferreira da Fonseca, Gabriela Sarti, Guilherme Ignez, Gustavo Fávaro, Gustavo Henrique de Faria, Jorge Alberto Araújo, Livia Gil Guimarães, Marina Arvigo, Paulo Yamamoto, Raphael Ferreira, Ricardo Kin, Sandra Summer e S. Hakim Hamdani AMRSC.

À equipe do Sampaio Ferraz Advogados, por todo o aprendizado e por todos os bons momentos que passei ao longo dos quase seis anos em que estagiei e trabalhei no escritório, em especial ao Professor Tercio Sampaio Ferraz Jr., novamente ao Professor Juliano Maranhão, ao Thiago Brito, às queridas amigas que fiz durante esse período, Carla Osmo, Claudia Cerullo, Fernanda Schmidt, Luisa Panico, Maria Isabela Meloncini e Vanessa Boarati, e aos estagiários da época em que me desliguei do escritório, Izabella Passos, Kemil Jarude e Miguel Freire.

Aos meus colegas e amigos da 25ª Vara Federal Cível pela compreensão com meus compromissos acadêmicos, pela motivação para concluir o mestrado e pelos momentos de descontração, em especial ao MM. Juiz Djalma Moreira Gomes, à Diretora de Secretaria, Ana Paula Cianci Antunes, à Alessandra Huada, à Andreia Souza, à Camila Race, à Maísa Verdugo, à Mariana Kanda, ao Ricardo Rodrigues e ao estagiário Rafael Castro.

Aos meus companheiros de academia, pelas risadas e suor compartilhados, em especial Anna Morishigue, Eduardo Torres, Fabiana Muniz, Julia Toschi, Natalia Santos, Washington Luiz, e também aos meus professores de Muay Thai, Renato Santiago e Wallyson Carvalho (“Maguila”).

À minha psicóloga, Joyce Caroline, por auxiliar no processo de (res)significação das coisas e de constante descoberta da minha identidade.

À equipe da Sociedade Brasileira de Direito Público – sbdp, por sempre oferecer oportunidades acadêmicas para aperfeiçoar minha experiência como docente e como pesquisadora, em especial ao Professor Carlos Ari Sundfeld, à Roberta Sundfeld, aos coordenadores e ex-coordenadores da Escola de Formação Pública, Luiza Corrêa, Bruna Pretzel e Guilherme Klafke, e aos meus orientandos Raul Ramos, Lucas Rebouças e Juliana Fonteles.

Aos membros da banca examinadora da minha dissertação de mestrado, Professor Doutor Edécio Gonçalves de Souza (FFLCH-USP), Professor Doutor Rafael Rabelo Queiroz (FDUSP) e, novamente, meu orientador, Professor Associado Juliano Souza de Albuquerque

Maranhão (FDUSP), assim como à Professora Associada Elza Antônia Pereira Cunha Boiteux, presente na defesa da dissertação, pela oportunidade de discutir este trabalho, pelas excelentes contribuições e, especialmente, por terem me motivado a continuar pesquisando.

Por fim, mas nem um pouco menos importante, gostaria de agradecer ao Bruno Gotardo, por ter o poder de se fazer sempre presente (até mesmo durante todo o tempo em que estive ausente), por me apoiar, por me motivar, por querer compartilhar sua vida comigo e permitir que eu compartilhe a minha vida com ele, por me apresentar novos amigos, por me fazer acreditar que meus sonhos podem se tornar realidade, por me fazer feliz, por desejar construir um futuro *nosso*, por me provar que “a vida é a arte do [re]encontro”¹ e por tudo e tanto que ainda temos a viver.

¹ DE MORAES, Vinicius; POWELL, Baden. Samba da benção. In: DE MORAES, Vinicius. **Vinicius e Odette Lara**. Rio de Janeiro: Elenco Records, 1963, LP, faixa 11.

Das três características nas quais se baseia a teoria do ordenamento jurídico, a da completude é a mais importante, visto que é a mais típica e representa o ponto central, o coração do coração (se é lícita uma tal expressão) do positivismo jurídico. A característica da completude é estritamente ligada ao princípio da certeza do direito, que é a ideologia fundamental deste movimento jurídico. (BOBBIO, 1995a, p. 207).

RESUMO

Bruna de Bem Esteves. Lacuna e interpretação constitucional: Análise de decisões do Supremo Tribunal Federal. 2017. 178 folhas. Mestrado – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

A presente dissertação de mestrado se propõe a analisar acórdãos do Supremo Tribunal Federal, presumindo que, em decorrência do dever de fundamentação das decisões judiciais (artigo 93, IX da Constituição Federal e artigo 11 do Código de Processo Civil), seja possível reconhecer as dificuldades enfrentadas, bem como os entendimentos adotados pela Corte Constitucional relacionados à identificação, à classificação e ao preenchimento de lacunas. Ao tratar da temática das lacunas sob a perspectiva do órgão julgador, pretende-se investigar, dentre outras questões, se as lacunas identificadas pelos Ministros do STF podem realmente ser caracterizadas como lacunas, se os Ministros se esforçam para demonstrar a existência dessas supostas lacunas, se as lacunas identificadas correspondem a lacunas *reais* ou *axiológicas*, se os Ministros admitem identificar e colmatar lacunas *axiológicas* e se apresentam justificativas para fazê-lo. Tendo em vista a existência de controvérsia doutrinária acerca da legitimidade da integração de lacunas *axiológicas* pelo Poder Judiciário, considera-se importante verificar se os Ministros do Supremo Tribunal Federal procuram enfrentar os argumentos utilizados para sustentar que a integração dessa espécie de lacunas seja realizada apenas pelo Poder Legislativo, em especial os relacionados aos princípios democrático e de separação dos Poderes (artigos 1º e 2º da Constituição Federal). Supõe-se que, devido à determinação do artigo 4º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, que autoriza os órgãos julgadores a utilizarem a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito para decidir casos nos quais reconheceram a existência de lacunas no ordenamento jurídico, os membros do Poder Judiciário, valendo-se da discricionariedade inerente ao positivismo jurídico, sintam-se incentivados a identificar lacunas *axiológicas* e tratá-las como lacunas *reais*, com o propósito de alterar a disciplina normativa previamente estabelecida pelo Poder Legislador. Após a leitura dos acórdãos localizados na ferramenta de pesquisa do *site* do Supremo Tribunal Federal com a utilização do termo “lacuna\$”, julgados desde a data de promulgação da atual Constituição Federal e publicados até 31 de dezembro de 2012, percebeu-se que as questões enfrentadas pela Corte Constitucional não se restringiam à identificação e à colmatação de *lacunas reais* ou de *lacunas axiológicas* como se fossem *lacunas reais*. Para sistematizar a análise das decisões, agrupou-se os

acórdãos considerando a identificação de aspectos comuns quanto à temática das lacunas. Cada um desses agrupamentos foi examinado em um capítulo da presente dissertação: existência de solução no ordenamento (3.1), silêncio eloquente (3.2), lacunas jurisprudenciais (3.3), lacunas técnicas (3.4), lacunas normativas (3.5), lacunas normativas no direito penal (3.6), lacunas de reconhecimento (3.7), lacunas axiológicas (3.8), lacunas temporárias (3.9) e lacunas nas normas federais (3.10). A análise dos acórdãos possibilitou a extração de conclusões acerca da jurisprudência da Corte Constitucional no que tange às lacunas no ordenamento jurídico.

Palavras-chave: Lacunas. Ordenamento Jurídico. Discricionariedade. Jurisprudência. Supremo Tribunal Federal.

ABSTRACT

Bruna de Bem Esteves. Legal gap and constitutional interpretation: Study of decisions of the Brazilian Supreme Federal Court. 2017. 178 pages. Master – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2017.

This dissertation proposes to analyze judgments of the Brazilian Supreme Federal Court assuming that, as a result of the obligation to justify judicial decisions (article 93, IX of the Federal Constitution and article 11 of the Code of Civil Procedure), it would be possible to recognize what are the difficulties faced and what are the understandings adopted by the Constitutional Court regarding to identification, classification and filling legal gaps. Analyzing the issue of legal gaps under the Constitutional Court's perspective, this dissertation intends to investigate, among other questions, if the legal gaps identified by the Justices of Brazilian Supreme Federal Court may actually be characterized as legal gaps, if the Justices strive to demonstrate the existence of these alleged legal gaps, if identified legal gaps correspond to real or axiological ones, if the Justices admit to identifying and remedying axiological gaps and if the Justices present justifications for doing so. Taking into account the existence of doctrinal controversy about the legitimacy of the integration of axiological gaps by the Judiciary, it is important to verify if the Justices of the Brazilian Supreme Federal Court try to face the arguments used to support that the integration of this kind of gaps must be carried out only by the Legislative Power, particularly those related to the Democratic Principle and that of the Separation of Powers (articles 1 and 2 of the Federal Constitution). It is assumed that, because of the determination of article 4 of the Law of Introduction to the Brazilian Legal Norms, which authorizes the judges to use analogy, customs and general principles of law to decide cases in which they recognized the existence of legal gaps, the members of the Judiciary, taking advantage of the discretionary power inherent in legal positivism, feel encouraged to identify axiological gaps and treat them as real gaps, with the purpose of changing the normative discipline previously established by the Legislative Power. After reading the judgments found in the search tool of the Brazilian Supreme Federal Court's website with the term "gap\$" judged from the date of the current Federal Constitution's promulgation and published until the end of 2012, it was realized that the questions faced by the Constitutional Court were not restricted to identifying and remedying *real gaps* or *axiological gaps* as if they were *real gaps*. In order to systematize the analysis of decisions, the judgments were grouped considering the identification of

common aspects regarding the issue of legal gaps. Each of these groups was examined in a chapter of this dissertation: existence of a solution in the legal system (3.1), eloquent silence (3.2), jurisprudential gaps (3.3), technical gaps (3.4), normative gaps (3.5), normative gaps in criminal law (3.6), recognition gaps (3.7), axiological gaps (3.8), temporary gaps (3.9) and gaps in federal norms (3.10). The analysis of the judgments allowed the extraction of to conclusions about the jurisprudence of the Constitutional Court regarding the legal gaps.

Keywords: Legal Gaps. Legal System. Discretionary power. Jurisprudence. Brazilian Supreme Federal Court.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 APONTAMENTOS DOUTRINÁRIOS SOBRE O PROBLEMA DAS LACUNAS NO ORDENAMENTO JURÍDICO	19
1.1 Por que o estudo das lacunas é importante para a teoria do direito?	19
1.2 Pressupostos necessários para a discussão do tema.....	25
1.3 Defesa da inexistência de lacunas no ordenamento jurídico	27
1.4 Admissibilidade da existência de lacunas no ordenamento jurídico	31
1.5 Lacunas axiológicas em contraposição às lacunas normativas.....	36
1.6 Outras espécies de lacunas.....	38
2 SELEÇÃO DE DECISÕES	45
2.1 Universo de acórdãos.....	45
2.2 Estruturação da análise	48
3 ANÁLISE DAS DECISÕES	50
3.1 Existência de solução explícita no ordenamento jurídico.....	50
3.1.1 Caso do coeficiente de atualização do imposto de renda.....	50
3.1.2 Caso do recurso de decisão do Ministro do Estado da Justiça referente à condição de refugiado.....	52
3.1.3 Caso da competência para o julgamento de mandado de segurança contra decisão da Presidência de Colégio Recursal	53
3.1.4 Caso do critério da exacerbação de pena em furto qualificado pelo concurso de agentes	54
3.1.5 Caso do reajuste anual dos proventos de servidor público aposentado	56
3.1.6 Caso do prazo para a repetição ou compensação de indébito relativo a tributo sujeito a lançamento por homologação.....	57
3.1.7 A ausência de lacunas diante da existência de soluções explícitas no ordenamento jurídico	58
3.2 “Silêncio eloquente”	60
3.2.1 Caso da competência para o julgamento de litígios entre sindicatos e empregadores	60
3.2.2 Caso da competência para o julgamento de mandado de segurança contra chefe de missão diplomática permanente	63
3.2.3 Caso da extinção da punibilidade em estelionato.....	67
3.2.4 Caso da suspensão da pretensão punitiva do Estado por depósito integral de débito tributário.....	68
3.2.5 Caso da promoção de juízes que figurem consecutivas vezes em listas de merecimento.....	69
3.2.6 O “silêncio eloquente” do enquadramento de situações fáticas sem disciplina específica em normas jurídicas gerais	70

3.3 Lacuna jurisprudenciais	72
3.3.1 Breve contextualização da definição dos efeitos do mandado de injunção pelo Supremo Tribunal Federal	72
3.3.2 Caso da reparação econômica aos impedidos de exercer profissão	73
3.3.3 A identificação de lacunas jurisprudenciais como uma indicação de que o termo <i>lacuna</i> é equívoco	76
3.4 Lacunas técnicas	78
3.4.1 Caso da investidura sindical	78
3.4.2 Caso da isonomia de vencimentos	80
3.4.3 Caso do limite das taxas de juros	82
3.4.4 Caso da proteção da relação de emprego de demissões arbitrárias ou sem justa causa.....	84
3.4.5 Caso dos simuladores de urnas eletrônicas	85
3.4.6 Caso da dispensa de pagamento de COFINS, PIS e CSLL por parte de cooperativas	85
3.4.7 Caso da criação de novos municípios.....	86
3.4.8 Caso da obtenção de cópias taquigráficas no STF	88
3.4.9 Caso da greve dos servidores públicos	89
3.4.10 Caso da aposentadoria especial para os servidores públicos.....	96
3.4.11 Caso da regulamentação de jogos de bingo.....	101
3.4.12 Caso do aviso prévio proporcional por tempo de serviço	102
3.4.13 A previsibilidade dos requisitos necessários para o reconhecimento de uma lacuna técnica e a constante construção jurisprudencial sobre o que se fazer diante dessa lacuna	103
3.5 Lacunas normativas	106
3.5.1 Caso da concessão de férias proporcionais a servidor aposentado.....	106
3.5.2 Caso da correção de contas vinculadas ao FGTS	108
3.5.3 Caso da vinculação do piso profissional ao salário mínimo.....	110
3.5.4 Caso do reajuste de benefício previdenciário	112
3.5.5 Caso da ação cautelar inominada com pedido de liminar a fim de obter efeito suspensivo para recurso extraordinário.....	113
3.5.6 Caso da nomeação de desembargador pelo critério da antiguidade	115
3.5.7 Caso da abstenção dos líderes de alguns partidos em indicar membros para a composição de CPI	116
3.5.8 Caso da infidelidade partidária	119
3.5.9 O preenchimento das lacunas normativas como competência de instâncias ordinárias, exceto no caso de competência originária da Corte.....	120
3.6 Lacunas normativas no direito penal	122
3.6.1 Caso da deserção especial.....	122

3.6.2 Caso do furto de sinal de TV a cabo.....	124
3.6.3 O direito penal como um sistema jurídico fechado	126
3.7 Lacunas de reconhecimento.....	128
3.7.1 Caso da tortura de adolescentes por policiais.....	128
3.7.2 Caso da publicação de imagens pornográficas envolvendo crianças e adolescentes	135
3.7.3 Os tipos penais abertos como lacunas de reconhecimento	136
3.8 Lacunas axiológicas.....	139
3.8.1 Caso da competência para o julgamento de <i>habeas corpus</i> contra decisão de Turma Recursal.....	139
3.8.2 Caso da possibilidade de agravo regimental contra decisão denegatória da suspensão do mandado de segurança.....	141
3.8.3 Caso da necessidade da comprovação de atividade advocatícia para composição dos TREs.....	143
3.8.4 Caso da possibilidade de indiciamento por autoridade policial	144
3.8.5 Caso da união homoafetiva	146
3.8.6 A identificação da lacuna axiológica a partir da apreciação de valores relacionados com a demanda	148
3.9 Lacuna temporárias.....	150
3.9.1 Caso da transição do Tribunal Federal de Recursos para o Superior Tribunal de Justiça.....	150
3.9.2 Caso da ausência de Defensoria Pública da União.....	152
3.9.3 Caso da formação de lista para investidura em cargo do Poder Judiciário	154
3.9.4 A lacuna temporária como uma lacuna na implementação de normas	156
3.10 Lacunas nas normas federais	159
3.10.1 Caso da competência dos Estados para fixação das alíquotas referentes ao imposto <i>causa mortis</i>	159
3.10.2 Caso da competência dos Estados para editar normas destinadas a garantir acessibilidade aos veículos automotores.....	160
3.10.3 Caso da competência dos Estados para dispensar o prévio estudo de impacto ambiental com relação a áreas florestadas	161
3.10.4 Caso da competência do Distrito Federal para editar lei sobre a emissão de certificado de conclusão do ensino médio independentemente da carga horária frequentada.....	162
3.10.5 Caso da competência dos Estados e do Distrito Federal para editar convênio com o objetivo de regular provisoriamente o ICMS.....	163
3.10.6 Caso da competência dos Estados para proibir a fabricação e a circulação do amianto em seu território	166
3.10.7 Caso da competência dos Municípios para editar leis que obriguem estabelecimentos bancários a instalar portas eletrônicas com certas especificidades	168

3.10.8 Caso da competência dos Estados para editar leis que regulamentam o direito à informação quanto a alimentos transgênicos	169
3.10.9 A identificação de lacunas nas normas federais como mais uma indicação de que o termo <i>lacuna</i> é equívoco	170
CONCLUSÕES	172
REFERÊNCIAS DOUTRINÁRIAS	176
REFERÊNCIAS JURISPRUDENCIAIS	179
REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS	187
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	194

INTRODUÇÃO

Após a Revolução Francesa, e, em especial, no século XIX, com a consolidação do monopólio estatal da produção legislativa e da concepção do ordenamento jurídico como um sistema dinâmico de normas,² passou-se a questionar se os ordenamentos jurídicos seriam completos e, portanto, capazes de qualificar deontologicamente todos os comportamentos possíveis, ou incompletos, existindo lacunas –, isto é, condutas com relação às quais os ordenamentos jurídicos não apresentariam qualificação deôntica alguma.³

Alguns teóricos⁴ sustentavam que os ordenamentos jurídicos não apresentavam lacunas, pois a ausência de normas jurídicas aplicáveis a determinado caso concreto corresponderia à permissão para a prática da conduta em questão, seja em decorrência do postulado de que “o que não é juridicamente proibido é juridicamente permitido”,⁵ seja porque a atividade sem regulamentação particular estaria abarcada por uma norma geral exclusiva, autorizadora do comportamento.⁶

Contrariando essas teorias, que sustentam que o direito seria capaz de fornecer soluções para quaisquer situações, mas, ainda assim, proclamando a inexistência de lacunas, outros doutrinadores⁷ defendiam que os comportamentos não regulados seriam juridicamente irrelevantes – nem lícitos, nem ilícitos –, pertencendo ao espaço jurídico vazio, no qual faltaria o próprio direito, prevalecendo a liberdade.⁸

No entanto, devido à perda de confiança na onisciência do legislador, em decorrência da percepção de que as insuficiências das codificações ficavam mais evidentes na medida em que as normas envelheciam, revelando-se inadequadas para sociedades com rápidas transformações –, como a sociedade industrial e pós-industrial –, começou a ganhar força o entendimento de que a existência de lacunas no ordenamento jurídico seria admissível.

² FERRAZ JR., 2008, p. 73-75 e 100.

³ FERRAZ JR., 2008, p. 218.

⁴ Dentre eles, Kelsen, Zitelmann e Donati.

⁵ KELSEN, 1984, p. 335; KELSEN, 2000, p. 213.

⁶ DONATI, 1910, p. 56-57; BOBBIO, 1995b, p. 132-139; DINIZ, 2000, p. 34-38.

⁷ Incluindo Karl Bergbohm, Brinz, Santi Romano e Cossio.

⁸ COSSIO, 1944, p. 315-316; BOBBIO, 1995b, p. 127-132; DINIZ, 2000, p. 32-33 e 46-53.

Identificadas situações com relação às quais determinado ordenamento jurídico não apresenta regras, o problema das lacunas pode ser entendido como contrário ao das antinomias, em que uma mesma questão pode ser resolvida por normas que apresentam soluções distintas. Nesse sentido, é possível contrapor a incompletude do ordenamento jurídico, ou seja, a constatação da ausência de normas, com a sua incoerência, isto é, com a identificação de um excesso de regras, com previsões contraditórias.⁹

Além da ausência de regras, a presença de normas consideradas injustas, por estabelecer soluções insatisfatórias, também caracterizariam lacunas no ordenamento jurídico.¹⁰ Entretanto, enquanto àquelas corresponderiam a *lacunas próprias, reais* ou *normativas*, verificadas dentro do próprio ordenamento vigente, essas seriam *lacunas impróprias ou axiológicas*,¹¹⁻¹² constatadas mediante comparação do sistema real com um sistema ideal, hipoteticamente perfeito.

A diferenciação seria relevante, pois, segundo alguns teóricos,¹³ somente as *lacunas próprias, reais* ou *normativas* poderiam ser colmatadas pelo Poder Judiciário, enquanto as *lacunas impróprias* ou *axiológicas*, diante da existência de soluções, ainda que consideradas indesejáveis, apenas teriam a capacidade de motivar a reformulação do direito por parte do legislador. No entendimento de outros autores,¹⁴ entretanto, os órgãos julgadores estariam autorizados a preencher inclusive as *lacunas impróprias ou axiológicas*.

Analisando a legislação pertinente ao tema, percebe-se que o ordenamento jurídico brasileiro reconhece a possibilidade da existência de lacunas,¹⁵ mas não admite que os órgãos

⁹ Bobbio defendia, inclusive, que o problema das lacunas poderia ser entendido como uma própria antinomia, diante da falta de critérios para a escolha entre uma norma geral exclusiva, que consideraria a conduta não regulada como livre, e uma norma geral inclusiva, que possibilitaria o uso de mecanismos (como, por exemplo, a analogia, os costumes e os princípios gerais do direito) que atribuísssem ao caso não regulamentado a mesma solução de um caso semelhante já regulado (BOBBIO, 1995b, p. 137-138).

¹⁰ Sob a argumentação, por exemplo, da dificuldade para que o direito constituído acompanhe as mudanças dos fenômenos sociais de maneira satisfatória.

¹¹ Dentre outras nomenclaturas.

¹² Como será detalhado adiante, trata-se de lacunas identificadas diante da existência de uma solução considerada inadequada, em decorrência de o legislador não ter levado em consideração determinada propriedade que seria relevante para a regulamentação do problema (ALCHOURRÓN; BULYGIN, 1993, p. 157-159).

¹³ BOBBIO, 1995b, p. 143-144; ENGISCH, 1983, p. 281-282.

¹⁴ LARENZ, 1997, p. 528; DINIZ, 2000, p. 279.

¹⁵ “Art. 4º. Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.” (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

julgadores deixem de julgar alguma controvérsia por essa razão,¹⁶ impedindo, desse modo, o *non liquet*. Para que a apreciação da controvérsia seja viável, caso não existam normas aplicáveis, permite-se que o julgamento seja realizado com fundamento em analogias, costumes, princípios gerais do direito ou, diante de expressa previsão legal, por equidade.¹⁷ Portanto, os órgãos julgadores podem identificar lacunas no ordenamento jurídico brasileiro e, inclusive, estão autorizados a colmatá-las.

Contudo, diante da ausência de consenso doutrinário sobre o tema, em especial, acerca da legitimidade do Poder Judiciário para o preenchimento das *lacunas impróprias ou axiológicas*, revela-se a importância do desenvolvimento da presente dissertação, pois acredita-se que, a partir da análise de decisões judiciais, seja possível extrair conclusões acerca do tema. Afinal, é justamente durante o julgamento de casos concretos que os órgãos julgadores podem constatar que não existem normas para resolver determinada questão jurídica ou podem considerar inadequada a solução prevista pelas regras existentes, tendo a oportunidade de caracterizar essa situação como lacuna.

Desse modo, a dissertação propõe-se a analisar acórdãos do Supremo Tribunal Federal, partindo do pressuposto de que, em decorrência do dever de fundamentação da decisão judicial –,¹⁸ cuja ausência passa a tornar a decisão passível de nulidade –,¹⁹ será possível reconhecer as dificuldades enfrentadas e os entendimentos adotados pela Corte Constitucional relativos à identificação, à classificação e ao preenchimento de lacunas.

Ao analisar a temática das lacunas sob a perspectiva do órgão julgador, pretende-se avaliar se as lacunas identificadas pelos Ministros do Supremo Tribunal Federal podem mesmo ser caracterizadas como lacunas, se os Ministros se esforçam para demonstrar a existência dessas supostas lacunas, se as lacunas identificadas correspondem a lacunas *reais* ou

¹⁶ “Art. 140. O juiz não se exime de decidir sob a alegação de lacuna ou obscuridade do ordenamento jurídico. [...]” (Código de Processo Civil).

¹⁷ “Art. 140. [...] Parágrafo único. O juiz só decidirá por equidade nos casos previstos em lei.” (Código de Processo Civil).

¹⁸ “Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios: [...] IX - todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação;” (Constituição Federal de 1988).

¹⁹ “Art. 11. Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade. [...]” (Código de Processo Civil).

axiológicas,²⁰ se os Ministros admitem identificar e colmatar lacunas *axiológicas* e se apresentam justificativas para fazê-lo.

De fato, tendo em vista que alguns teóricos defendem que a integração de lacunas *axiológicas* somente pode ser realizada pelo Poder Legislativo,²¹ um dos aspectos mais sensíveis no que tange à relação do Judiciário com as lacunas consiste na possibilidade, ou não, de os órgãos julgadores identificarem lacunas *axiológicas* e promoverem sua integração. Quanto a esse aspecto, importante constatar se os Ministros demonstram possuir consciência de que a identificação e a integração de lacunas *axiológicas* pelos órgãos julgadores não é amplamente aceita e se procuram enfrentar os argumentos utilizados para defender que a integração dessa espécie de lacuna seja realizada apenas pelo Legislativo.²²⁻

23

Acredita-se que, em decorrência da determinação do artigo 4º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro para que os órgãos julgadores utilizem analogia, costumes ou princípios gerais de direito para decidir casos nos quais reconheceram a existência de lacunas no ordenamento jurídico, os membros do Poder Judiciário sintam-se incentivados a identificar lacunas *axiológicas* e tratá-las como se fossem lacunas *normativas*, a fim de modificar soluções jurídicas já previstas pelos legisladores.

²⁰ Como se verá adiante, lacunas correspondentes a soluções jurídicas consideradas inadequadas pelo fato de o legislador não ter levado em conta determinada(s) propriedade(s) que seria(m) relevante(s) para a disciplina da questão (ALCHOURRÓN; BULYGIN, 1993, p. 157-159).

²¹ BOBBIO, 1995b, p. 143-144; ENGISCH, 1983, p. 281-282.

²² Em especial, a separação de Poderes e o princípio democrático.

²³ “Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: [...] Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição. Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.” (Constituição Federal de 1988).

CONCLUSÕES

Como visto, esta dissertação se propôs analisar, diante da extensa controvérsia doutrinária envolvendo o tema das lacunas no ordenamento jurídico, as dificuldades enfrentadas pelos órgãos julgadores para identificação, classificação e preenchimento de lacunas, bem como os posicionamentos adotados perante referidos problemas, por meio do estudo de decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal. Em especial, pretendia-se investigar se os Ministros do STF admitiam identificar e colmatar lacunas axiológicas e se apresentavam justificativas para fazê-lo.

Entretanto, após o fichamento e a análise dos acórdãos encontrados com a utilização do termo “lacuna\$” na ferramenta de pesquisa do *site* do STF, julgados a partir de 05 de outubro de 1998, data de promulgação da atual Constituição Federal, e publicados até o dia 31 de dezembro de 2012, percebeu-se que as questões enfrentadas pela Corte relacionadas ao tema das lacunas eram as mais variadas possíveis, não se restringindo apenas à identificação e à colmatação de *lacunas reais* ou de *lacunas axiológicas* como se fossem *lacunas reais*.

Para sistematizar o estudo das decisões, os acórdãos foram agrupados considerando a identificação de aspectos comuns quanto à temática das lacunas. Por sua vez, cada um desses agrupamentos foi apreciado em um capítulo da presente dissertação: existência de solução no ordenamento (3.1), silêncio eloquente (3.2), lacunas jurisprudenciais (3.3), lacunas técnicas (3.4), lacunas normativas (3.5), lacunas normativas no direito penal (3.6), lacunas de reconhecimento (3.7), lacunas axiológicas (3.8), lacunas temporárias (3.9) e lacunas nas normas federais (3.10). A análise das decisões de cada capítulo possibilitou a extração de conclusões sobre a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca da temática das lacunas no ordenamento jurídico.

Averiguou-se, por exemplo, que, quando o STF considera que existem dispositivos normativos que expressamente oferecem soluções para os problemas jurídicos enfrentados nos acórdãos, a Corte declara a ausência de lacuna no caso concreto e conclui que, ante a inexistência de um vazio, não há autorização para o uso de analogia. Para os Ministros, considerando a existência de regulamentações específicas para as questões jurídicas

apreciadas, a utilização de outras normas poderia provocar ofensa ao princípio da legalidade ou revogação de texto legal.

Por sua vez, ao apreciar casos concretos que não possuem disciplina explícita no ordenamento jurídico, mas que encontram amparo em normas jurídicas gerais, os Ministros do Supremo Tribunal Federal consideram que o aparente silêncio do ordenamento jurídico seria, na realidade, “eloquente”. Do mesmo modo que nos casos de existência de solução no ordenamento, nas situações de “silêncio eloquente”, a Corte reconhece a ausência de lacuna e considera que inexistente autorização para que se utilize analogias.

Constatou-se, ademais, que, apesar da previsibilidade dos requisitos necessários para o reconhecimento de uma lacuna técnica –, quais sejam: (i) a inviabilização do exercício de um direito constitucional pela ausência de uma norma infraconstitucional capaz de fazer com que o dispositivo da Constituição Federal produza seus efeitos, combinada com (ii) uma imposição constitucional para a regulamentação de determinado assunto, assim como com o respectivo direito dos constituintes a essa normatização –, o Tribunal ainda demonstra dúvidas quanto ao que deve ser feito diante da procedência de um mandado de injunção, especialmente quanto à concessão de efeitos *erga omnes* ou *inter partes*. No entanto, acredita-se que a Lei n. 13.300/16, responsável pela regulamentação do processamento dos mandados de injunção, fornecerá maior previsibilidade quanto às determinações do Tribunal no caso de concessão de um MI.

Percebeu-se também que a maioria dos Ministro considera que o preenchimento de lacunas normativas, conforme disciplinado pelo artigo 4º da LINDB, por se tratar de matéria infraconstitucional, configura competência das instâncias ordinárias, estando o STF autorizado a efetuar o preenchimento dessas lacunas –, utilizando a analogia, os costumes ou os princípios gerais do direito –, somente nas ações para as quais tivesse competência originária. Do mesmo modo, segundo o entendimento da Corte, não caberia ao STF avaliar a analogia aplicada por instâncias inferiores, uma vez que, nesses casos, não seria possível vislumbrar ofensa à Constituição, mas apenas à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

Além disso, verificou-se que, diante da identificação de uma lacuna normativa no âmbito do direito penal, a Corte Constitucional, apesar de poder reconhecer a ilicitude de determinado

comportamento, considera que o acusado deve ser absolvido, uma vez que, em decorrência do princípio da reserva legal e da proibição da uso da analogia *in malam partem* no direito penal, o STF não teria legitimidade para determinar punições para a conduta. Concluiu-se que o efeito prático da abstenção do Poder Judiciário nesses casos equivaleria à identificação do ordenamento jurídico penal como um sistema fechado, no qual todas as condutas atípicas ou que não possuam pena prevista em lei estão imunes a sanções penais.

Outrossim, constatou-se que as polêmicas decorrentes das discussões relativas à suficiência, ou não, de tipos penais abertos decorre da vagueza semântica dos termos utilizados em seus dispositivos normativos, encontrando-se relacionadas às lacunas de reconhecimento. Por não consistirem em lacunas normativas, mas em mera dificuldade de subsunção dos fatos às normas jurídicas aplicáveis ao caso concreto, torna-se possível que alguns Ministros concluam não haver lacuna nos casos analisados, enquanto outros entendam que ela se faz presente.

Também localizou-se acórdãos nos quais os Ministros do Supremo Tribunal Federal reconheceram lacunas jurisprudenciais, ou seja, vazios que poderiam vir a ser identificados no próprio entendimento jurisprudencial do Tribunal, e não em normas jurídicas.

Na mesma linha, foram encontrados casos em que a Corte Constitucional identificou lacunas temporárias ou provisórias em situações nas quais o Tribunal, apesar de identificar normas jurídicas que tratavam da questão submetida a sua análise, entendeu que, no âmbito fático, ainda não haveria um cenário que viabilizasse a aplicação dos regramentos em questão. Concluiu-se que essas lacunas não correspondem a vazios dentro do ordenamento jurídico, mas à falta de concretização de condições fáticas implícita ou explicitamente exigidas pelas normas jurídicas.

Ainda de maneira semelhante, identificou-se casos nos quais o STF reconheceu a existência de lacunas em normas federais com relação a matérias cuja competência legislativa seria concorrente entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Entretanto, constatou-se tratar-se de lacunas que não poderiam ser colmatadas pelos juízes, mas que deveriam ser preenchidas pelo próprio Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios nas situações em que a Constituição autorizasse.

Percebeu-se, assim, que tanto as lacunas temporárias, quanto as jurisprudenciais e as lacunas encontradas em normas federais não se referem às lacunas disciplinadas pelo artigo 4º da LINDB, segundo o qual “quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito”, e, portanto, não consistem nas lacunas que se esperava localizar durante a análise dos acórdãos objeto da presente dissertação.

A existência de decisões nas quais os Ministros do STF utilizam o termo lacuna em sentido diferente ao de uma incompletude normativa passível de colmatação pelo Poder Judiciário demonstra que a palavra possui diferentes sentidos. Supõe-se que o fato de o próprio artigo 4º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro não conter a palavra lacuna possa ter contribuído para a criação de confusões com relação ao termo.

Por fim, encontrou-se algumas demandas nas quais, apesar de a Corte Constitucional ter identificado a existência de respostas explícitas no ordenamento jurídico, considerou que, em decorrência de certos valores, seria preferível adotar outras soluções para os problemas em análise. Ao identificar a presença de lacunas nesses casos, o Tribunal se reconheceu como responsável por efetuar sua integração, alterando a regulamentação apresentada pelo ordenamento, ainda que fosse questionável sua legitimidade para tanto, por se tratarem de lacunas axiológicas, e não normativas.

No entanto, ao contrário do que se esperava, constatou-se que os membros do Poder Judiciário raramente identificam *lacunas axiológicas*, tratando-as como *lacunas normativas*, com o propósito de alterar as soluções jurídicas definidas explicitamente pelo legislador, utilizando a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito, em conformidade com o artigo 4º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

REFERÊNCIAS DOUTRINÁRIAS

ALCHOURRÓN, Carlos Eduardo; BULYGIN, Eugenio. **Introducción a la metodología de las ciencias jurídicas y sociales**. 2ª reimpr. Buenos Aires: Editorial Astrea de R. Depalma, 1993.

_____. **Lagunas del derecho y análisis de los casos**. Buenos Aires: Graf. Cardenal Ferarri, 1971.

ATRIA, Fernando *et al.* **Lagunas en el derecho: Una controversia sobre el derecho y la función judicial**. Madrid: Marcial Pons, 2005.

BOBBIO, Norberto. **L'analogia nella logica del diritto**. Torino: Istituto Giuridico Della R. Università, 1938.

_____. **O positivismo jurídico: Lições de filosofia do direito**. Tradução de Márcio Pugliesi, Edson Bini, Carlos E. Rodrigues. São Paulo: Ícone, 1995a.

_____. **Teoria do ordenamento jurídico**. 6ª ed. Tradução de Maria Celeste Cordeiro Leite dos Santos. Brasília: UnB, 1995b.

COSSIO, Carlos. **La plenitud del orden juridico y la interpretación judicial de la ley**. 2ª ed. Buenos Aires: Losada, 1947.

_____. **La teoria egologica del derecho y el concepto juridico de libertad**. Buenos Aires: Losada, 1944.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado**. 25ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

DINIZ, Maria Helena. **As lacunas no direito**. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

DONATI, Donato. **Il problema delle lacune dell'ordinamento giuridico**, Milano: Società Editrice Libreria, 1910.

DWORKIN, Ronald. **O império do direito**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Levando os direitos a sério.** Tradução de Nelson Boeira. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

ENGISCH, Karl. **Introdução ao pensamento jurídico.** 6ª ed. Tradução de J. Baptista Machado. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.

ESTEVES, Bruna de Bem. O que mudou no entendimento do STF sobre os efeitos do mandado de injunção? Uma análise dos casos de aposentadoria especial e de greve dos servidores públicos frente ao estabelecido na Questão de Ordem do Mandado de Injunção 107. In: VOJVODIC, Adriana *et al* (Org.). **Jurisdição Constitucional no Brasil.** São Paulo: Malheiros, 2012, p. 141-157.

FERRAZ JR. Tercio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Direito, retórica e comunicação.** 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

_____. **A ciência do direito.** 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. Problema das lacunas e a filosofia jurídica de Miguel Reale. In: LAFER, Celso; FERRAZ JR. Tercio Sampaio (Coord.). **Direito, política, filosofia, poesia: Estudos em homenagem ao Professor Miguel Reale no seu octogésimo aniversário.** São Paulo: Saraiva, 1992.

FULLER, Lon L. Positivism and fidelity to law: a reply to professor Hart. **Harvard Law Review**, Harvard, v. 71, n. 4, p. 630-672, 1958.

_____. **The morality of law.** New Haven: Yale University Press, 1969.

GOLDSCHMIDT, Werner. **Introducción filosófica al derecho: La teoría trialista del mundo jurídico y sus horizontes.** 4ª ed. Buenos Aires: Ediciones Depalma, 1973.

HART, Herbert L. A. Positivism and the separation of law and morals. **Harvard Law Review**, Harvard, v. 71, n. 4, p. 593-629, 1958.

_____. **O conceito de direito.** Tradução de A. Ribeiro Mendes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

JACOBSON, Arthur J.; SCHLINK, Bernhard (Ed.). **Weimar. A Jurisprudence of Crisis**. Berkeley: University of California Press, 2000.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. 6ª ed. Tradução de João Baptista Machado. Coimbra: Armênio Amado, 1984.

_____. **Teoria geral das normas**. Tradução de José Florentino Duarte. Porto Alegre: Fabris, 1986.

_____. **Teoria geral do direito e do Estado**. 3ª ed. Tradução de Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LARENZ, Karl. **Metodologia da ciência do direito**. 3ª ed. Tradução de José Lamago. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

MARANHÃO, Juliano Souza de Albuquerque. **Positivismo jurídico lógico-inclusivo**. São Paulo: Marcial Pons, 2012.

_____. **Estudos sobre lógica e direito**. São Paulo: Marcial Pons, 2013a.

_____. Por que teorizar sobre a teoria do direito? In: RAZ, Joseph; ALEXYY, Robert; BULYGIN, Eugenio. **Uma discussão sobre a teoria do direito**. Tradução de Sheila Stolz. São Paulo: Marcial Pons, 2013b.

PERELMAN, Chaïm. **Le problème des lacunes en droit**. Bruxelles: Émile Bruylant, 1968.

RAZ, Joseph. Authority, Law and Morality. In: _____. **Ethics in the public domain**. Oxford: Clarendon Press, 1994.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**. 27ª ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

SILVA, José Afonso da. **Aplicabilidade das normas constitucionais**. 7ª ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

VON FEUERBACH, Paul Johann Anselm Ritter. **Tratado de Derecho Penal: Común vigente en Alemania**. Tradução de Eugenio R. Zaffaroni e Irma Hagemeyer. Buenos Aires: Hammurabi, 1989.

REFERÊNCIAS JURISPRUDENCIAIS

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 132**, Ministro Relator Ayres Britto, j. 05.05.2011, DJ 14.10.2011.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 513**, Ministro Relator Célio Borja, j. 14.06.1991, DJ 30.10.1992.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 2.396**, Ministra Relatora Ellen Gracie, j. 08.05.2003, DJ 01.08.2003.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 2.656**, Ministro Relator Maurício Corrêa, j. 08.05.2003, DJ 01.08.2003.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 3.645**, Ministra Relatora Ellen Gracie, j. 31.05.2006, DJ 01.09.2006.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 3.682**, Ministro Relator Gilmar Mendes, j. 09.05.2007, DJ 06.09.2007.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4.277**, Ministro Relator Ayres Britto, j. 05.05.2011, DJ 14.10.2011.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Agravo Regimental na Petição n. 1.903**, Ministro Relator Néri da Silveira, j. 01.03.2000, DJ 06.09.2001.

_____. Supremo Tribunal Federal. Primeira Turma. **Agravo Regimental na Petição n. 2.326**, Ministro Relator Sydney Sanches, j. 12.06.2001, DJ 24.08.2001.

_____. Supremo Tribunal Federal. Segunda Turma. **Agravo Regimental no Agravo de Instrumento n. 150.617**, Ministro Relator Marco Aurélio, j. 22.06.1993, DJ 20.08.1993.

_____. Supremo Tribunal Federal. Primeira Turma. **Agravo Regimental no Agravo de Instrumento n. 195.556**, Ministro Relator Moreira Alves, j. 26.03.2002, DJ 17.05.2002.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Agravo Regimental no Agravo Regimental na Carta Rogatória n. 7.870**, Ministro Relator Carlos Velloso, j. 07.03.2001, DJ 19.04.2001.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Agravo Regimental no Habeas Corpus n. 81.814**, Ministro Relator Moreira Alves, j. 08.05.2002, DJ 14.06.2002.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Agravo Regimental no Habeas Corpus n. 81.837**, Ministro Relator Moreira Alves, j. 08.05.2002, DJ 21.06.2002.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Agravo Regimental no Mandado de Injunção n. 81**, Ministro Relator Celso de Mello, j. 20.04.1990, DJ 25.05.1990.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Agravo Regimental no Mandado de Injunção n. 751**, Ministro Relator Ricardo Lewandowski, j. 11.10.2007, DJ 09.11.2007.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Agravo Regimental no Mandado de Injunção n. 765**, Ministro Relator Dias Toffoli, j. 30.11.2011, DJ 01.02.2012.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Agravo Regimental no Mandado de Injunção n. 766**, Ministro Relator Joaquim Barbosa, j. 21.10.2009, DJ 13.11.2009.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Agravo Regimental no Mandado de Injunção n. 1.011**, Ministro Relator Ricardo Lewandowski, j. 10.05.2012, DJ 30.05.2012.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Agravo Regimental no Mandado de Injunção n. 1.169**, Ministra Relatora Cármen Lúcia, j. 01.08.2011, DJ 22.08.2011.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Agravo Regimental no Mandado de Injunção n. 2.934**, Ministro Relator Marco Aurélio, j. 30.11.2011, DJ 19.12.2011.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Agravo Regimental no Mandado de Injunção n. 3.712**, Ministra Relatora Cármen Lúcia, j. 09.06.2011, DJ 03.08.2011.

_____. Supremo Tribunal Federal. Primeira Turma. **Agravo Regimental no Mandado de Segurança n. 30.312**, Ministro Relator Dias Toffoli, j. 27.11.2012, DJ 14.12.2012.

_____. Supremo Tribunal Federal. Segunda Turma. **Agravo Regimental no Recurso Extraordinário n. 253.247**, Ministro Relator Maurício Corrêa, j. 27.03.2001, DJ 04.05.2001.

_____. Supremo Tribunal Federal. Segunda Turma. **Agravo Regimental no Recurso Extraordinário n. 270.888**, Ministro Relator Maurício Corrêa, j. 17.04.2001, DJ 25.05.2001.

_____. Supremo Tribunal Federal. Segunda Turma. **Agravo Regimental no Recurso Extraordinário n. 291.690**, Ministro Relator Maurício Corrêa, j. 28.08.2001, DJ 16.11.2001.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Embargos de Declaração na Extração n. 785**, Ministro Relator Carlos Velloso, j. 27.03.2003, DJ 20.06.2003.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Embargos de Declaração no Mandado de Segurança n. 24.615**, Ministro Relator Nelson Jobim, j. 25.09.2003, DJ 30.04.2004.

_____. Supremo Tribunal Federal. Primeira Turma. **Embargos de Declaração no Recurso Extraordinário n. 235.643**, Ministro Relator Sepúlveda Pertence, j. 03.10.2000, DJ 24.11.2000.

_____. Supremo Tribunal Federal. Segunda Turma. **Embargos de Declaração no Recurso Extraordinário n. 240.406**, Ministro Relator Carlos Velloso, j. 30.03.2004, DJ 30.04.2004.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Embargos de Declaração nos Embargos de Declaração no Mandado de Injunção n. 2.180**, Ministra Relatora Cármen Lúcia, j. 24.03.2011, DJ 12.04.2011.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Embargos Infringentes na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 1.289**, Ministro Relator Gilmar Mendes, j. 03.04.2003, DJ 27.02.2004.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Habeas Corpus n. 70.389**, Ministro Relator Sydney Sanches, Ministro Relator (para o acórdão) Celso de Mello, j. 23.06.1994, DJ 10.08.2001.

_____. Supremo Tribunal Federal. Segunda Turma. **Habeas Corpus n. 70.440**, Ministro Relator Marco Aurélio, j. 28.09.1993, DJ 17.12.1993.

_____. Supremo Tribunal Federal. Segunda Turma. **Habeas Corpus n. 73.257**, Ministro Relator Maurício Corrêa, j. 23.02.1996, DJ 03.05.1996.

_____. Supremo Tribunal Federal. Primeira Turma. **Habeas Corpus n. 76.689**, Ministro Relator Sepúlveda Pertence, j. 22.09.1998, DJ 06.11.1998.

_____. Supremo Tribunal Federal. Segunda Turma. **Habeas Corpus n. 78.876**, Ministro Relator Maurício Corrêa, j. 30.03.1999, DJ 28.05.1999.

_____. Supremo Tribunal Federal. Segunda Turma. **Habeas Corpus n. 92.926**, Ministra Relatora Ellen Gracie, j. 27.05.2008, DJ 13.06.2008.

_____. Supremo Tribunal Federal. Primeira Turma. **Habeas Corpus n. 93.071**, Ministro Relator Menezes Direito, j. 18.03.2008, DJ 02.05.2008.

_____. Supremo Tribunal Federal. Segunda Turma. **Habeas Corpus n. 93.620**, Ministra Relator Eros Grau, j. 08.04.2008, DJ 15.08.2008.

_____. Supremo Tribunal Federal. Segunda Turma. **Habeas Corpus n. 94.585**, Ministra Relatora Ellen Gracie, j. 24.06.2008, DJ 22.08.2008.

_____. Supremo Tribunal Federal. Primeira Turma. **Habeas Corpus n. 94.777**, Ministro Relator Menezes Direito, j. 05.08.2008, DJ 19.09.2008.

_____. Supremo Tribunal Federal. Segunda Turma. **Habeas Corpus n. 97.261**, Ministro Relator Joaquim Barbosa, j. 12.04.2011, DJ 03.05.2011.

_____. Supremo Tribunal Federal. Segunda Turma. **Habeas Corpus n. 101.754**, Ministra Relatora Ellen Gracie, j. 08.06.2010, DJ 25.06.2010.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Mandado de Injunção n. 4**, Ministro Relator Moreira Alves, j. 13.10.1988, DJ 22.11.1991.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Mandado de Injunção n. 20**, Ministro Relator Celso de Mello, j. 19.05.1994, DJ 22.11.1996.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Mandado de Injunção n. 58**, Ministro Relator Carlos Velloso, Ministro Relator (para o acórdão) Celso de Mello, j. 14.12.1990, DJ 19.04.1991.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Mandado de Injunção n. 144**, Ministro Relator Sepúlveda Pertence, j. 03.08.1992, DJ 28.05.1993.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Mandado de Injunção n. 283**, Ministro Relator Sepúlveda Pertence, j. 20.03.1991, DJ 14.11.1991.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Mandado de Injunção n. 485**, Ministro Relator Maurício Corrêa, j. 25.04.2002, DJ 23.08.2002.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Mandado de Injunção n. 506**, Ministro Relator Néri da Silveira, j. 05.06.1997, DJ 20.04.2001.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Mandado de Injunção n. 542**, Ministro Relator Celso de Mello, j. 29.08.2001, DJ 28.06.2002.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Mandado de Injunção n. 589**, Ministro Relator Gilmar Mendes, j. 15.05.2003, DJ 27.06.2003.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Mandado de Injunção n. 628**, Ministro Relator Sydney Sanches, j. 19.08.2002, DJ 25.10.2002.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Mandado de Injunção n. 670**, Ministro Relator Maurício Corrêa, Ministro Relator (para o acórdão) Gilmar Mendes, j. 25.10.2007, DJ 31.10.2008.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Mandado de Injunção n. 701**, Ministro Relator Marco Aurélio, j. 29.09.2004, DJ 04.02.2005.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Mandado de Injunção n. 708**, Ministro Relator Gilmar Mendes, j. 25.10.2007, DJ 31.10.2008.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Mandado de Injunção n. 712**, Ministro Relator Eros Grau, j. 25.10.2007, DJ 31.10.2008.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Mandado de Injunção n. 721**, Ministro Relator Marco Aurélio, j. 30.08.2007, DJ 30.11.2007.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Mandado de Segurança n. 24.501**, Ministro Relator Carlos Velloso, j. 18.02.2004, DJ 06.08.2004.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Mandado de Segurança n. 24.831**, Ministro Relator Celso de Mello, j. 22.06.2005, DJ 04.08.2006.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Mandado de Segurança n. 24.849**, Ministro Relator Celso de Mello, j. 22.06.2005, DJ 29.09.2006.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Mandado de Segurança n. 25.871**, Ministro Relator Cezar Peluso, j. 11.02.2008, DJ 04.04.2008.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Mandado de Segurança n. 26.603**, Ministro Relator Celso de Mello, j. 04.10.2007, DJ 19.12.2008.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Mandado de Segurança n. 30.585**, Ministro Relator Ricardo Lewandowski, j. 12.09.2012, DJ 28.11.2012.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 903**, Ministro Relator Celso de Mello, j. 14.10.1993, DJ 24.10.1997.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 1.086**, Ministro Relator Ilmar Galvão, j. 01.08.1994, DJ 16.09.1994.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 2.396**, Ministra Relatora Ellen Gracie, j. 26.09.2001, DJ 14.12.2001.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 2.667**, Ministro Relator Celso de Mello, j. 19.06.2002, DJ 12.03.2004.

_____. Supremo Tribunal Federal. Primeira Turma. **Questão de Ordem na Petição n. 1.863**, Ministro Relator Moreira Alves, j. 07.12.1999, DJ 14.04.2000.

_____. Supremo Tribunal Federal. Primeira Turma. **Questão de Ordem na Petição n. 2.720**, Ministro Relator Moreira Alves, j. 17.09.2002, DJ 11.10.2002.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Questão de Ordem na Petição n. 3.825**, Ministro Relator Sepúlveda Pertence, Ministro Relator (para o acórdão) Gilmar Mendes, j. 10.10.2007, DJ 04.04.2008.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Questão de Ordem no Agravo Regimental no Agravo Regimental no Agravo Regimental na Suspensão de Segurança n. 1.945**, Ministro Relator Marco Aurélio, Ministro Relator (para o acórdão) Gilmar Mendes, j. 19.12.2002, DJ 01.08.2003.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Questão de Ordem no Habeas Corpus n. 79.570**, Ministro Relator Marco Aurélio, j. 10.11.1999, DJ 01.08.2003.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Questão de Ordem no Inquérito n. 2.411**, Ministro Relator Gilmar Mendes, j. 10.10.2007, DJ 25.04.2008.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Questão de Ordem no Mandado de Injunção n. 107**, Ministro Relator Moreira Alves, j. 23.11.1989, DJ 21.09.1990.

_____. Supremo Tribunal Federal. Segunda Turma. **Recurso em Mandado de Segurança n. 24.334**, Ministro Relator Gilmar Mendes, j. 31.05.2005, DJ 26.08.2005.

_____. Supremo Tribunal Federal. Primeira Turma. **Recurso Extraordinário n. 130.552**, Ministro Relator Moreira Alves, j. 04.06.1991, DJ 28.06.1991.

_____. Supremo Tribunal Federal. Primeira Turma. **Recurso Extraordinário n. 135.637**, Ministro Relator Moreira Alves, j. 25.06.1991, DJ 16.08.1991.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Recurso Extraordinário n. 149.922**, Ministro Relator Ilmar Galvão, j. 23.02.1994, DJ 29.04.1994.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Recurso Extraordinário n. 158.834**, Ministro Relator Sepúlveda Pertence, Ministro Relator (para o acórdão) Marco Aurélio, j. 23.10.2002, DJ 05.09.2003.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Recurso Extraordinário n. 193.817**, Ministro Relator Ilmar Galvão, j. 23.10.1996, DJ 10.08.2001.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Recurso Extraordinário n. 194.382**, Ministro Relator Maurício Corrêa, j. 25.04.2001, DJ 25.04.2003.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Recurso Extraordinário n. 196.569**, Ministro Relator Ilmar Galvão, j. 09.09.1998, DJ 29.11.2002.

_____. Supremo Tribunal Federal. Primeira Turma. **Recurso Extraordinário n. 205.575**, Ministro Relator Ilmar Galvão, j. 24.08.1999, DJ 05.11.1999.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Recurso Extraordinário n. 226.855**, Ministro Relator Moreira Alves, j. 31.08.2000, DJ 13.10.2000.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Recurso Extraordinário n. 566.621**, Ministra Relatora Ellen Gracie, j. 04.08.2011, DJ 11.10.2011.

REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS

BRASIL. **Código Civil**. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm > Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. **Código de Processo Civil**. Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm > Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. **Código de Processo Civil de 1973**. Lei n. 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5869.htm > Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. **Código de Processo Penal**. Decreto-lei n. 3.689, de 03 de outubro de 1941. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689.htm > Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. **Código Penal**. Decreto-lei n. 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm > Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. **Código Penal Militar**. Decreto-lei n. 1.001, de 21 de outubro de 1969. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1001.htm > Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. **Código Tributário Nacional**. Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5172Compilado.htm > Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. **Consolidação das Leis Trabalhistas**. Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm > Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. **Constituição Federal (1988)**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm > Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. **Decreto n. 40**, de 15 de fevereiro de 1991. Promulga a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0040.htm > Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. **Decreto n. 1.983**, de 14 de agosto de 1996. Institui, no âmbito do Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça e da Diretoria-Geral de Assuntos Consulares, Jurídicos e de Assistência a Brasileiros no Exterior do Ministério das Relações Exteriores, o Programa de Modernização, Agilização, Aprimoramento e Segurança da Fiscalização do Tráfego Internacional e do Passaporte Brasileiro (PROMASP), e aprova o Regulamento de Documentos de Viagem. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/D1983.htm > Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. **Decreto n. 5.978**, de 04 de dezembro de 2006. Dá nova redação ao Regulamento de Documentos de Viagem a que se refere o Anexo ao Decreto no 1.983, de 14 de agosto de 1996, que instituiu o Programa de Modernização, Agilização, Aprimoramento e Segurança da Fiscalização do Tráfego Internacional e do Passaporte Brasileiro - PROMASP. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/decreto/d5978.htm > Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. **Decreto-lei n. 406**, de 31 de dezembro de 1968. Estabelece normas gerais de direito financeiro, aplicáveis aos impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre serviços de qualquer natureza, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0406.htm > Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. **Emenda Constitucional n. 03**, de 17 de março de 1993. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc03.htm > Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. **Emenda Constitucional n. 18**, de 05 de fevereiro 1998. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc18.htm > Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. **Emenda Constitucional n. 19**, de 04 de junho de 1998. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm > Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. **Emenda Constitucional n. 40**, de 29 de maio de 2003. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc40.htm > Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. **Emenda Constitucional n. 45**, de 30 de dezembro de 2004. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc45.htm > Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. **Emenda Constitucional n. 53**, de 19 de dezembro de 2006. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc53.htm > Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm > Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. **Lei n. 1.060**, de 05 de fevereiro de 1950. Estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L1060.htm > Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. **Lei n. 4.348**, de 26 de junho de 1964. Estabelece normas processuais relativas a mandado de segurança. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4348.htm > Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. **Lei n. 8.024**, de 12 de abril de 1990. Institui o cruzeiro, dispõe sobre a liquidez dos ativos financeiros e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8024.htm > Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. **Lei n. 8.112**, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112cons.htm > Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. **Lei n. 8.134**, de 27 de dezembro de 1990. Altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8134.htm > Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. **Lei n. 8.213**, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm > Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. **Lei n. 8.383**, de 30 de dezembro de 1991. Institui a Unidade Fiscal de Referência, altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8383.htm > Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. **Lei n. 8.437**, de 30 de junho de 1992. Dispõe sobre a concessão de medidas cautelares contra atos do Poder Público e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8437.htm > Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. **Lei n. 8.977**, de 06 de janeiro de 1995. Dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8977.htm > Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. **Lei n. 9.249**, de 26 de dezembro de 1995. Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9249.htm > Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. **Lei n. 9.455**, de 07 de abril de 1997. Define os crimes de tortura e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9455.htm > Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. **Lei n. 9.474**, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9474.htm > Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. **Lei n. 9.717**, de 27 de novembro de 1998. Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9717.htm > Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. **Lei n. 9.764**, de 17 de dezembro de 1998. Altera a redação do art. 190 do Decreto-Lei no 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9764.htm#art1 > Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. **Lei n. 9.784**, de 29 de janeiro de 1999. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9784.htm > Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. **Lei n. 10.684**, de 30 de maio de 2003. Altera a legislação tributária, dispõe sobre parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.684.htm > Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. **Lei n. 10.764**, de 12 de novembro de 2003. Altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.764.htm > Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. **Lei n. 10.887**, de 18 de junho de 2004. Dispõe sobre a aplicação de disposições da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003, altera dispositivos das Leis nos 9.717, de 27 de novembro de 1998, 8.213, de 24 de julho de 1991, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.887.htm > Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. **Lei n. 12.016**, de 07 de agosto de 2009. Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112016.htm > Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. **Lei Complementar n. 80**, de 12 de janeiro de 1994. Organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp80.htm > Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. **Lei Complementar n. 118**, de 09 de fevereiro de 2005. Altera e acrescenta dispositivos à Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, e dispõe sobre a interpretação do inciso I do art. 168 da mesma Lei. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp118.htm > Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. **Lei Complementar n. 132**, de 07 de outubro de 2009. Altera dispositivos da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp132.htm > Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. **Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro**. Decreto-lei n. 4.657, de 04 de setembro de 1942, com redação dada pela Lei n. 12.376, de 30 de dezembro de 2010. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del4657compilado.htm > Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. **Lei Orgânica da Magistratura Nacional**. Lei Complementar n. 35, de 14 de março de 1979. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp35.htm > Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. **Medida Provisória n. 431**, de 14 de maio de 2008. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Mpv/431.htm > Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. Ministério da Previdência Social. Secretaria de Previdência Social. **Orientação Normativa SPS/MPS n. 01**, de 23 de janeiro de 2007. Disponível em: < <http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/ORIENTANORMATIVASPSn01de23jan2007RevogadapelaON022009.pdf> > Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. Ministério da Previdência Social. Secretaria de Previdência Social. **Orientação Normativa SPS/MPS n. 03**, de 12 de agosto de 2004. Disponível em: < <http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/ORIENTANORMATIVASPSn03de12ago2004-RevogadapelaON012007.pdf> > Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. Ministério da Previdência Social. **Portaria MPS n. 822**, de 11 de maio de 2005. Disponível em: < http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/3_090407-155808-174.pdf > Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Regimento Interno da Câmara dos Deputados**, aprovado pela Resolução n. 17, de 1989, e alterado até a Resolução n. 20, de 2016. 18. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017. Disponível em: < <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/18847> > Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. Congresso Nacional. **Regimento Interno do Congresso Nacional**. Resolução do Congresso Nacional n. 01, de 1970. Disponível em: < <https://www25.senado.leg.br/documents/12427/45875/RegimentoComum2016.pdf> > Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal**, atualizado até julho de 2016. Brasília: STF, 2016. Disponível em: < <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoRegimentoInterno/anexo/RISTF.pdf> > Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Súmula n. 339**. Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia. Disponível em: < <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumarioSumulas.asp?sumula=1484> > Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Súmula Vinculante n. 37.** Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia. Disponível em: <
<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumario.asp?sumula=1961> > Acesso em: 25 jul. 2017.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ADO	Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão
ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
AgR	Agravo Regimental
AI	Agravo de Instrumento
AJUFÉ	Associação dos Juizes Federais do Brasil
AJUFERJES	Associação dos Juizes Federais do Rio de Janeiro e do Espirito Santo
AMB	Associação dos Magistrados Brasileiros
BBS	<i>Bulletin Board System</i>
BC	Banco Central
BTN	Bônus do Tesouro Nacional
CC	Código Civil
CF	Constituição Federal
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CONARE	Comitê Nacional para os Refugiados
CONFAZ	Conselho de Política Fazendária
CP	Código Penal
CPC	Código de Processo Civil
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPM	Código Penal Militar
CR	Carta Rogatória
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CTN	Código Tributário Nacional
DF	Distrito Federal
DJ	Diário de Justiça
EC	Emenda Constitucional
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ED	Embargos de Declaração
EI	Embargos Infringentes

Ext	Extradicação
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
HC	<i>Habeas Corpus</i>
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inq	Inquérito
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
LC	Lei Complementar
LICC	Lei de Introdução ao Código Civil
LINDB	Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro
LOMAN	Lei Orgânica da Magistratura Nacional
MC	Medida Cautelar
MI	Mandado de Injunção
MIRAD	Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário
MPS	Ministério da Previdência Social
MPT	Ministério Público do Trabalho
MS	Mandado de Segurança
OTN	Obrigação do Tesouro Nacional
Pet	Petição
PGR	Procurador-Geral da República
PIS	Plano de Integração Social
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
QO	Questão de Ordem
RE	Recurso Extraordinário
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RISTF	Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal
RMS	Recurso em Mandado de Segurança
SPS	Secretaria de Previdência Social
SS	Suspensão de Segurança
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
STM	Superior Tribunal Militar
TJ	Tribunal de Justiça

TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TRF	Tribunal Regional Federal
TSE	Tribunal Superior Eleitoral